

## **Desembargador Francisco Luiz Macedo Junior**

O Desembargador Francisco Luiz Macedo Junior trabalhou nos Juizados Especiais, como juiz, por 8 anos. Ele acompanhou os primeiros passos do Sistema, que funcionava com foco nas conciliações, e recorda os trabalhos desenvolvidos na área Criminal. “No Juizado Especial Criminal a grande novidade era o acordo em transações penais. O grande diferencial estava na possibilidade de se resolver o problema e não só a consequência. É como a medicina, que diz que o certo é se tratar a causa, pois ao simplesmente se tratar o sintoma pode haver recidiva. Basta verificar que se eu passar uma pomada sobre uma alergia produzida pelo mau funcionamento dos rins, sem tratar os rins, posso diminuir a alergia, mas ela certamente retornará”, compara o Desembargador.

Com essa metodologia os Juizados Especiais de Curitiba alcançaram índices de acordo que ultrapassavam os 90%. Mesmo nos casos mais inesperados era possível encontrar uma saída diferente da sentença. O magistrado lembra de um caso marcante. “Numa manhã, assim que cheguei ao Juizado me deparei com vários travestis, seminus, havia mais de vinte pessoas ali. Fiquei sabendo que o Delegado havia efetuado todas aquelas prisões por “ato obsceno”. A Promotora explicou que eles haviam sido fotografados sem roupas na via pública, haviam praticado a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor ou o crime de ato obsceno. A proposta era que substituíssem o processo por uma medida construtiva, a compra de medicamentos para crianças aidéticas. Assim foi feito, aqueles que haviam sido classificados por estarem seminus, foram sendo atendidos aos poucos, sendo que cada qual acordou uma quantidade diferente de medicamentos na proporção da quantidade de roupas que trajavam. Um deles, em especial, chamou a atenção, era chamado pelo codinome Blau Blau. Ele, se mostrou impaciente e descontente, achava que suas roupas não eram obscenas e esclareceu: “Vou efetuar esse acordo por que quero ir embora daqui. Não tenho tempo para contestar esse absurdo”. Expliquei que ele só deveria fazer esse acordo se concordasse, caso contrário era seu direito ser processado para apresentar a defesa. O acordo acabou assinado. O tempo passou e todos os processos foram arquivados por cumprimento dos acordos, menos o do Blau Blau. O oficial de justiça chegou a reclamar que não conseguia encontra-lo, para intimá-lo sobre as consequências do não cumprimento. Até que um dia uma estagiária veio me perguntar se poderia atender um senhor de nome Jorge, sem saber quem era, o mandei entrar. E lá estava o Blau Blau, que eu quase não reconheci, num terno impecável. Ele explicou: “Doutor, estou aqui com os medicamentos para as crianças. Fui até o hospital e entreguei a eles vários remédios, mesmo depois que disseram que eu teria que vir entregá-los aqui. Aquelas crianças doentes, com aids e outras doenças graves, me fizeram ver que precisava voltar para casa! Vi o quanto eu estava doente em querer ficar longe dos meus. Eu telefonei para casa e conversei com meu pai. Ele me pediu para voltar! Disse que não se importava se eu gostava de homens ou de mulheres. Que queria morrer comigo por perto, pois está doente também. Já comprei minha passagem, vou embora amanhã. Mas vim antes aqui, para trazer mais remédios, tanto para arquivar o processo como porque quero agradecer a oportunidade dessa experiência. Obrigado, doutor! ”, finalizou. Eu fiquei ali a pensar que, realmente, sempre é possível se retirar

algo positivo de maus acontecimentos, que até na injustiça pode haver uma espécie de justiça”, recorda o magistrado.

20 anos depois o Desembargador percebe profundas transformações nos Juizados Especiais e lamenta a perda dos princípios que conduziram os trabalhos nos primeiros anos de funcionamento. Ele acredita que é preciso resgatar esses valores. “O Juizado deveria ser uma Justiça Especial. Precisa de investimento, precisa resgatar as ideias e mudar de postura”, destaca.